

Redes sociais e representação política

Sérgio Atieh¹
ORCID: 0000-0002-7489-7995

Resumo: O uso das redes sociais e diferentes aplicativos dos smartphones possibilitam acesso aos desejos e comportamentos de seus usuários. Como nunca temos nossos dados compartilhados tornando possível que nossos passos sejam previstos. Tais transformações alteram o modo de se enxergar a política acentuando a crise de representatividade. Deve-se demonstrar neste artigo como muitas das democracias ocidentais tradicionais que pareciam consolidadas, enfrentam disputas entre quem defende os direitos mais fundamentais e aqueles que pensam que são subterfúgios para garantir regalias de uma casta institucionalizada.

29

Palavras-chave: democracia. redes sociais. representatividade.

¹ Doutorando com Mestrado em Ciências Sociais na PUC-SP (2019-2021). Graduado em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (2002) e Psicoterapia Psicanalítica Cepsi-Unip (2016-2018). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5347492144583069>.

Social networks and political representation

Abstract: The social networks and different smartphone applications allow access to the desires and behaviors of their users. As we never have our data shared making it possible for our steps to be predicted. Such transformations alter the way of seeing politics, accentuating the representativeness crisis. This article should demonstrate how many of the traditional Western democracies that seemed consolidated, face disputes between those who defend the most fundamental rights and those who think they are subterfuges to guarantee the perks of an institutionalized caste.

Keyword: democracy. social media. representativeness.

Redes sociales y representación política

Resumen: El uso de las redes sociales y diferentes aplicaciones para teléfonos inteligentes permiten acceder a los deseos y comportamientos de sus usuarios. Como nunca compartimos nuestros datos, es posible predecir nuestros pasos. Tales transformaciones alteran la forma de ver la política, acentuando la crisis de representatividad. Este artículo debería demostrar cómo muchas de las democracias tradicionales occidentales que parecían consolidadas, enfrentan disputas entre quienes defienden los derechos más fundamentales y quienes piensan que son subterfugios para garantizar las prebendas de una casta institucionalizada.

31

Palabras clave: democracia. redes sociales. representatividad.

Por alguns anos a democracia parecia ter como ser planejada, processos eleitorais se consolidavam, campanhas mais ou menos acirradas se desdobravam, e no que diz respeito ao caráter do cotidiano político, tudo parecia caminhar para a naturalização das disputas em países como o Brasil. Porém, subitamente, cidadãos em pleno século XXI passam a clamar por medidas antidemocráticas, atores autoritários dos quais muitos ignoravam assumem repentinamente as luzes do palco político, discursos reacionários que pareciam há décadas ocultos nos porões são gritados a plenos pulmões e nos damos conta que o modelo democrático que parecia estar se fortalecendo, subitamente se mostra ameaçado.

John Adams, o segundo presidente da história dos Estados Unidos e um dos pais fundadores do modelo democrático representativo pensado para um grande espaço territorial e população, defendia que o povo não tinha condições de atuar, conduzir-se ou pensar conjuntamente, pois não conseguiria marchar quinhentas milhas encontrando um local para se agregar e deliberar. Depois da internet a afirmação de Adams pode não fazer mais sentido, havendo meios para participação virtual ser realizada, porém, por mais que hoje a população tenha maiores condições de se informar das políticas públicas, a ideia de uma democracia supostamente mais participativa parece ser uma questão explorada por políticos autoritários em sua comunicação nas redes sociais com seus seguidores, e muitas demandas caras como a representação e poderes institucionais parecem incendiar a realidade atual: os cidadãos parecem ter percepção do quanto as instituições democráticas são lentas e ineficazes.

A representação demanda normas que impõem obstáculos impactando a própria democracia: há sempre um jogo de forças, e muitas dessas disputas têm nas mídias digitais o palco perfeito para serem incendiadas por políticos mais habilidosos que se aproveitam da falsa neutralidade tecnológica. Por definição, a democracia representativa legitima um governo do povo do qual o povo não está presente na tomada de decisões, algo distinto, por exemplo, da sensação concedida pela massificada fluidez dos grupos de WhatsApp. Os imensos desafios que o sistema representativo carrega consigo não podem evitar que transmita a mensagem de trabalhar pelos interesses dos indivíduos dentro da sociedade, logo, qualquer aparato de representação carrega consigo disputas e conflitos inerentes aos âmbitos políticos e sociais demandando a busca de consensos políticos. Conforme Castells (2018), a falta de credibilidade institucional suprime a representação política,

abrindo vácuos para que qualquer debate ou disputa alcance acordos públicos. Muito além de divergências entre esquerda e direita, os questionamentos a respeito do modelo representativo colocam em risco a noção de como apenas a democracia tem legitimidade de se consolidar como oposição legítima aos autoritarismos e abusos institucionais, abrindo fértil terreno para demonização da política e sequestro de pautas caras à população por políticos antidemocráticos.

Por algum tempo pensava-se que graças à revolução digital o cidadão comum poderia vigiar o Estado e ocultar seus dados na vastidão do ciberespaço, conseguindo com isso se distanciar das instituições e corporações, porém, o que se observou foi a mudança nas dinâmicas dessas relações, onde, sob a ilusão de ter voz, o homem age sob a tutela cada vez maior dos grandes conglomerados tecnológicos, normalizando aderir a verdades que se mostrem prontas às suas expectativas. Conforme destacado por Lazzarato (2010), o cidadão se vê inserido num mundo tecnológico e cooptado a encontrar seus pares num sistema maquínico coletivo. As pistas deixadas disso são discursos não apenas deslocados da realidade, como fundamentados na legitimidade concedida por pares inseridos em segmentações algorítmicas onde “o individualismo não basta, faz falta um sujeito coletivo e é certo que, nesse lugar, poderia construir-se outro sujeito, mas se reconstrói o nacionalismo, o racismo, xenofobia” (LAZZARATO, 2010). A exemplo de como discursos xenófobos ou racistas são inflamados por políticos que melhor sabem se utilizar dos novos meios de comunicação digital, as pessoas não se veem representadas, fomentando a perigosa noção de que a democracia não é um valor social. Quando rompido o vínculo subjetivo entre o que os cidadãos pensam, necessitam e as ações daqueles que elegem, se aprofunda uma crise de legitimidade, acentuando a falsa noção da eficácia de um tipo de comunicação digital marcada por soluções rápidas e superficiais, capazes de suprimir a diversidade social.

Hoje é possível, ao visitar determinado local, emitir julgamentos digitalmente a respeito de qualquer experiência. Com óbvias repercussões econômicas, não deixa de ser surpreendente como o Google ou Facebook detenham tal poder para determinar a reputação de outras empresas e até instituições. Se as big techs disponibilizam dessas ferramentas para participação e informação, o usuário agora pode não apenas comprar digitalmente com maior agilidade, como também deixar de reconhecer a importância dos encontros sociais presenciais,

exigindo instantaneidade nos moldes de um consumidor até mesmo na esfera política, revelando a crise de identidade da representatividade. Mas o mundo segue desigual, e com o advento dessas inovações tecnológicas, testemunhamos disparidades até dentro dos mesmos lares: Pessoas mais velhas muitas vezes não possuem conformidades com as novas tecnologias dependendo das mais jovens. Tal constatação, quando estendida às populações menos favorecidas, ilustra como não apenas a desigualdade material, mas também a exclusão na inserção dentro da nova lógica digital tem poder de maximizar a marginalização, já que através das redes sociais é possível ser receptor das informações emitidas por outras pessoas, não apenas por organizações mediadoras: “Na era das redes, quem detém capital intelectual valioso está começando a exercer um controle sobre as condições e os termos pelas quais os usuários, assegurando acesso a ideias, conhecimentos e experiências críticos” (RIFKIN, 2004. p.5). Não deixa também de ser altamente relevante levar em conta o quanto Facebook, WhatsApp ou Instagram não consomem dados dos usuários, e aqueles incapazes de pagar por algum pacote se tornam mais suscetíveis a um tipo de recepção ainda mais passiva, enviesada ou mesmo falsa de conteúdos.

Se Thompson (2001) ressalta estudos que deixaram de lado a ideia de que os receptores dos meios de comunicação são consumidores passivos, mostrando que a recepção dos produtos da mídia é um processo mais ativo e criativo do que o mito do assistente inerte sugere, o autor também ressalta que os significados que os indivíduos concedem aos produtos da mídia se dão conforme a formação e as condições sociais específicas de seu grupo, de tal modo que a mensagem pode ser entendida e transmitida de várias maneiras em diferentes contextos, o que denota o quanto as fake news são democráticas percorrendo todos os grupos sociais, sendo ainda mais reforçadas pelo comportamento do usuário identificado pelos algoritmos. Um indivíduo que antes se via como mero receptor de uma notícia, agora, ao vivenciar a experiência cotidiana das redes sociais, assume potencial de formador de opinião², onde o ativismo das pautas em mídias de determinados atores políticos pode ser confundido com legitimidade democrática.

Diante de tal lógica, quando somos convidados a avaliar uma empresa ou serviço, podemos nos sentir tentados a simplificar a realidade democrática nos

² Vide o surgimento do conceito “influencer digital”.

aproximando de uma mentalidade comercial de serviços, nos tornamos membros ativos de um novo Leviatã digital à serviço do Google ou Facebook (RUNCIMAN, 2018), que mesmo não possuindo uma espada pousada em uma das mãos, enxerga no escuro e entre paredes, numa versão onisciente e onipresente do panóptico de Bentham, tendo o poder de saber não só onde seus súditos dormem, comem e trabalham, como com quem e a hora em que fazem isso.

Imaginar que nossas informações não são usadas para ganhos econômicos ou mapeamentos políticos é tão ingênuo quanto perigoso. Em breve a internet das coisas estará em inúmeros objetos, e nossos hábitos estarão ainda mais disponíveis para Google, Facebook ou qualquer empresa de big data. Com a possibilidade da obtenção de nossos hábitos mais íntimos³, não será difícil imaginar o quanto tal realidade influenciará não só em nosso entretenimento ou consumo, vistos de maneira questionável como atividades menos ofensivas, mas também no funcionamento da democracia. É difícil apostar que políticos tenham vontade ou apoio para regulamentar essas empresas, já que muitas de suas políticas e discursos antidemocráticos se beneficiam da propagação de factoides sob o escudo de garantias para liberdade de opinião. É fato que nenhuma grande corporação pode funcionar sem o Estado, afinal, está em suas mãos a possibilidade de promulgar as leis, mas o desvirtuamento da participação democrática em nome de pressões de um público ávido por soluções rápidas e superficiais aos moldes daquelas experimentadas nas redes sociais, desumanizam ainda mais as relações políticas colocando o Estado refém diante de qualquer tentativa de regulamentação.

Mas se a democracia, cada vez mais medida e movimentada pelo funcionamento das redes sociais com seus algoritmos perder qualquer essência humana, como a representatividade poderá lidar com a diversidade humana e disputas políticas? Max Weber já pensava na mecanização dos processos humanos, reconhecendo não haver nada a se fazer. O autor alemão aceitava o caráter da democracia moderna que tenderia a ser totalmente mecânica (WEBER, 2004), pensando que a automatização era uma “jaula de ferro”, admitindo a inexorabilidade da desumanização (RUNCIMAN, 2018). As ações puramente

³ Mesmo que Google, Facebook, ou qualquer empresa de e-commerce não assuma esse tipo de ação invasiva, fica cada vez mais claro e distante de qualquer teoria de conspiração ou ficção científica, o fato de que smartphones possam “escutar” um usuário mesmo sem ativar a Siri ou a Google Assistant para oferecerem serviços ou produtos desejados.

peçoais, emocionais e naturais, às quais chamou “tradicionais”, seriam apagadas diante das necessidades e propósitos desse sistema. À luz do quanto hoje as redes sociais parecem dar voz às paixões políticas, não deixam de ser mecanismos tecnológicos desumanizantes, e a histórica estrutura democrática que concedia e legitimava a representatividade, agora parece prender cidadãos como peças dentro de um sistema enferrujado. Se para Weber, tal “desencantamento do mundo” traria custos, já que o homem se transformaria em simples engrenagem de uma máquina e a política democrática inexoravelmente tenderia a se tornar cada vez mais mediada, é ainda mais perigoso imaginar o quanto a falsa ideia de participação orgânica nas redes camufla interesses movimentados ao consumo ininterrupto de conteúdos.

Karl Marx descreve em *O 18 de Brumário, de Luís Bonaparte* (1998), o grande desenvolvimento do Estado administrativo centralizado após a revolução francesa de 1789 e o poder que essa elite burocrática exercia. Cada revolução política desde 1789 só aperfeiçoou essa máquina, e os partidos que se revezavam na luta pelo poder consideravam a conquista desse imenso edifício do Estado a mais importante presa do vencedor (ARON, 1999). Marx pensa que o prestigioso desenvolvimento do Estado burocratizado estabelecia leis que sufocavam qualquer mudança determinante, já que a cada novo grupo de interesse que surgia a partir da divisão do trabalho capitalista, novas classes administrativas se estabeleciam. “O Estado adquire autonomia em relação à sociedade, o que para Marx (apesar de em outros textos dar algumas pistas opostas) a grande revolução significaria destruir essa máquina, não se apropriar dela” (ARON, 1999, p. 261). Tal ideia traz questionamentos válidos do quanto o poder do Estado se aprofunda se distanciando do cidadão, assim como o desenvolvimento tecnológico sempre altera de maneira massacrante como o homem se situa em seu mundo e os efeitos dessa alienação. A própria obra de Marx se debruça sobre os efeitos da técnica na sociedade industrial e todas as desigualdades resultantes - como grande exemplo a máquina à vapor, impulsionadora da Revolução Industrial.

Mais de duzentos anos depois, a evolução da informática altera os termos em que a democracia precisa operar e como a população espera respostas de seus governantes, onde a exploração da noção de envelhecimento e lentidão da democracia é sequestrada por indivíduos que pregam soluções autoritárias e neoliberais camufladas como democráticas e antissistema. Diante da demonização

da política, os partidos têm sido um dos alvos preferenciais: as redes sociais parecem dar aparência de falsidade à democracia representativa mediada historicamente pelos partidos políticos (RUNCIMAN, 2018). Ao exercerem uma função essencialmente burocrática, os partidos foram criados para se interpor entre os cidadãos e o exercício político, mas cada vez mais são vistos como grupelhos agindo com o único interesse de manter a sua própria máquina⁴. Ao aderir às discussões nas redes sociais como modo de se sentir na cena de ação, muitos eleitores parecem querer políticos que não se comportem como tal, negando o próprio ser da política como campo próprio da busca do consenso entre interesses distintos de grupos diversos. Com tal arena virtual à disposição, parece custoso imaginar quem vai criar gosto pelo trabalho árduo e muitas vezes tedioso da política em suas intermináveis reuniões cheias de barreiras, regras e normas. Se pensarmos na lógica weberiana, os partidos só puderam sobreviver graças a políticos carismáticos capazes de convencer os eleitores que esses aparatos eram mais do que máquinas de arrecadar votos. Mas a própria intolerância a muitos movimentos políticos parece ocorrer porque as redes sociais influenciam os partidos tirando seu monopólio como arena de discussões, não permitindo mais espaço para qualquer dissonância interna (algo próprio da dinâmica partidária): quando a gritaria digital se posiciona ao lado de um líder, toda a histórica estrutura dos partidos se mostra inutilizada.

Em *O Povo Contra a Democracia* (2019), Yascha Mounk propõe uma questão que diz respeito ao debate da representatividade nas democracias atuais: A histórica tensão entre o que chama de “vontade popular” e os direitos de “uma sociedade liberal” (MOUNK, 2019) caminha para o conflito aberto. Existiria a sensação crescente e impaciente de que a arquitetura tradicional das democracias liberais já não funciona – e de que seria necessário acelerar o que chama de “vontade geral” na prossecução de fins políticos, mesmo que isso implicasse em formas mais autoritárias de organização social. “Os direitos institucionais são vistos pela população como o pátio de bilionários ou tecnocratas”, em resposta, “há a tentação de excluir cada vez mais o povo de decisões importantes” (MOUNK, 2019, p. 49). Ao lado da “cólera iliberal das multidões”, também existe o “liberalismo não democrático” que “ignora e exclui essas multidões” (MOUNK, 2019, p. 165).

⁴ Dois exemplos da intolerância e desdém aos partidos podem ser descritos com o ataque de grande parte dos manifestantes às bandeiras de partidos políticos na fase final dos protestos das jornadas de 2013 no Brasil, e na mudança desenfreada realizada por políticos de partidos e de domicílios eleitorais, sem qualquer preocupação ou justificativa.

Pensando na oposição proposta por Mounk, talvez valesse a pena pensar o significado de “democracia liberal”. Para Matteucci e Bobbio (2000), a definição de democracia liberal é difícil, pois tal sistema existe justamente pelo critério que a distingue dos não liberais (plebiscitário, totalitário, ou ao que os autores consideram como populista). A liberdade que deve ser promovida e desenvolvida é a liberdade individual em sua relação ao Estado, significando manifestações concretas às liberdades políticas. Se John Locke foi precursor em articular os princípios liberais por pensar o homem como proprietário de sua vida e o que faz com ela - seja sua liberdade, razão ou bens, negando a dependência de sua vontade à qualquer outro homem ou Estado - é preciso dizer que dessa defesa intransigente do indivíduo contra o poder, quer do Estado ou sociedade, não renegaria, segundo Bobbio e Mateucci, a importância da associação pública “esta defesa sempre se evidencia com a primeira tarefa, mesmo nos pensadores da concepção radicalmente individualista: Locke, através de sua redescoberta da comunidade como sede do valor moral, ou Tocqueville, através de sua defesa do associacionismo, como único instrumento que possibilita a afirmação da liberdade política do indivíduo” (MATTEUCCI 2000, p. 687). Para Marilena Chauí (2012), além de uma forma de governo, a democracia seria uma maneira de se organizar a sociedade, e quando se restringe a apenas um modelo de governo, se resumiria essencialmente à concepção liberal, enquanto uma desejada social democracia requer direitos e organizações que excluam a desigualdade.

Na análise de Mounk (2019), há uma clara divisão entre “democracia” e “liberalismo”, sendo dois monstros que aprenderam a conviver. Para ele, trata-se da disputa entre o desejo do povo manifesto contra a soberania da lei na proteção das liberdades e dos direitos fundamentais. O cientista político norte-americano Robert Dahl integra na defesa dos direitos liberais a própria definição da democracia, de modo que pensa impossível tornar ambas separadamente. Dahl (2005) define a democracia como qualquer sistema que apresenta eleições livres, justas, competitivas, sufrágio adulto e pleno, proteção ampla das liberdades civis - incluindo liberdade de expressão, de imprensa, associações, propriedade - e ausência de autoridades “tutelares” não eleitas que restrinjam a capacidade de governar dos representantes eleitos (militares, monarquias, grupos religiosos). Porém, para Mounk (2019), Dahl exagera na relevância dada às instituições políticas: em vez de identificá-las como um instrumento para atingir a democracia e o liberalismo, as imagina como um fim em si.

Na definição proposta por Mounk (2019), a democracia é uma soma de instituições eleitorais com poderio para instituir normas legais capazes de compreender as crenças da população através de políticas públicas. As instituições liberais resguardariam o Estado afirmando os direitos individuais – como o direito a se expressar, liberdade religiosa, da mídia e associação – mas essa proteção nunca seria realizada de maneira totalmente livre de estranhamentos. Finalmente, a democracia liberal deveria atingir um sistema político liberal e democrático simultaneamente, considerando os direitos do indivíduo, assim como a representação da convicção popular em políticas públicas.

No que diz respeito ao que propõe Mounk ser democracia e liberalismo, a disputa entre o último, visto pelo autor como a ascendência do direito e leis para a proteção dos direitos individuais contra o que define como democracia, capaz de proporcionar aspirações cada vez mais impacientes e autoritárias da população, parece mais ser, na prática, um conflito entre as pautas tradicionalmente associadas ao ideal democrático contra um ativismo de parte da população, que mesmo ocorrendo essencialmente nas mídias digitais, seria apenas o mesmo velho discurso reacionário de outras horas, apenas travestido com novas e camufladas roupagens capazes de potencializá-lo. No fundo, observa-se que a luta por direitos e pautas de supostas elites denunciadas por políticos autoritários, sejam essas “elites” culturais, acadêmicas, econômicas, políticas ou qualquer outra que ouse estar no caminho, uma parcela que se considera representada por atores com discursos extremistas, se vê cada vez mais excluída e sem paciência com os aparatos institucionais do governo democrático representativo, exigindo que sua vontade seja atendida com atos antidemocráticos. Em algumas grandes democracias como a brasileira, italiana, francesa ou norte-americana, parcela significativa da população se torna a cada dia mais autoritária, e as verdadeiras elites econômicas flertam com pautas menos democráticas, contando que os arranjos econômicos sejam não só mantidos, como intensificados, por trás de um discurso anti sistema⁵.

⁵ Na doutrina liberal, liberdade econômica e política não se separam, mas na prática muitos liberais ao longo do século XX flertaram com regimes autoritários. Friedrich Hayek chegou a dizer que era mais favorável a uma “ditadura com liberalismo” que a uma “democracia sem liberalismo”. O mesmo pode ser dito de Milton Friedman, que além de assessorar o ditador do Chile Augusto Pinochet, fez diversas visitas à China comunista. Mais recentemente, o ministro da economia assumidamente liberal do governo Jair Bolsonaro, Paulo Guedes, defendeu a prática de uma “democracia responsável”.

Em muitas democracias do mundo, dois acontecimentos andam ocorrendo. Por um lado, as escolhas da população são cada vez mais autoritárias, por outro, muitos parecem irritados com a independência das instituições e menos propensos a apoiar o direito das minorias. Alguns representantes alinhados com as elites vêm assumindo o poder claramente ignorando as demandas populares. Dois exemplos disso podem ser vistos: Na Hungria⁶ o voto democrático ajudou a restringir as instituições independentes que protegem a primazia das regras e o respeito às minorias, já na Grécia, a pressão dos mercados e os interesses dos tecnocratas retiraram da rota os anseios populares. (MOUNK, 2019. p. 80).

Segundo Mounk, a razão para esse conflito hoje estar maior que nunca, é que, apesar de terem características conflitantes, democracia e liberalismo teriam conseguido conviver por três razões principais: O Estado tinha mais recursos para repartir, não havia redes sociais para radicalizar os conflitos, e as sociedades ocidentais eram mais homogêneas etnicamente (MOUNK, 2019). Se as gerações mais jovens não têm as mesmas perspectivas de seus ancestrais, também é verdade que as mídias eletrônicas instigam aborrecimentos com um poder que os teóricos federalistas como James Madison jamais imaginariam. Os “millennials” teriam dispositivos que concederiam maior possibilidades para reunião, mas, com poucas perspectivas de vida, enxergariam nas redes sociais, muito bem utilizadas por políticos reacionários, um modo de expelir aborrecimentos e preconceitos muitas vezes levados com maior relevância que tradicionais movimentos participativos.

Apesar dos grandes esforços teóricos, a divisão que realiza Mounk entre liberalismo e democracia é questionável, sendo a primeira associada à uma defesa de direitos individuais e a segunda à vontade popular. Seja no Brasil ou em qualquer outra democracia, é possível falar em “um povo” só pelo fato de algum governante ter sido eleito por uma maioria simples, mesmo que democrática e representativamente? Mesmo se levarmos em conta distintas visões e alcances de um liberalismo econômico ou político, tal ideal deve estar associado apenas a uma suposta elite que pensa em direitos individuais? Além disso, é claro que qualquer sociedade mais homogênea etnicamente, como a norte-americana ou europeia até os anos 1970, instigaria menos discursos xenófobos, mas e os racismos, machismos e outras perseguições às minorias?

⁶ O presidente da Hungria, Viktor Orban é um político descrito por Mounk como adepto da “democracia iliberal”, o que na prática pode ser resumido como um governante alçado ao poder pelo voto, e que cujas práticas autoritárias tentam frustrar as restantes instituições democráticas que constituem o Estado.

Com uma rede de usuários difusa na qual todos se comunicam entre si, as mídias sociais alteraram a dinâmica da participação vista como política. As redes sociais enfraqueceram os difusores convencionais da informação, dando maior voz, falta de limites institucionais e relevância para movimentos políticos não adeptos a direitos democráticos. Além disso, não deixa de ser importante ressaltar o fator mais relevante a qual Mounk pareceu não destacar com maior relevância: o quanto políticos hábeis ao funcionamento superficial das redes sociais sequestraram pautas, jogando nas costas de quem defende básicos preceitos democráticos, institucionais e sociais cunhos de “elitistas” ou do establishment. Ao camuflar interesses econômicos e outros indeclaráveis num discurso popular, grupos reacionários se aproveitaram da clássica separação entre governantes e governados e da distância institucional em relação à massa que tanto atacam, encontrando em redes aliadas e mídias digitais plataformas para se colocarem ao lado de descontentamentos por eles mesmos incendiados, como se não pudessem melhor agir por seus representados devido a obstáculos institucionais democráticos: tais políticos sabem agir nas brechas das instituições legais e nas mídias digitais vistas como imparciais.

Se na teoria política de Schumpeter, a função do cidadão comum é apenas legitimar a elite através do voto devido ao que considera incapacidade das classes mais baixas se organizarem e serem politicamente conscientes, todo ataque ao sistema democrático travestido de defesa dos interesses da população apenas camufla e naturaliza desigualdades quando manifestam o quanto a improvável ascensão social promovida pelo ideal neoliberal – ou da aclamada “meritocracia” e “mente empreendedora” - seria brecada por uma suposta elite que se esconderia atrás de direitos legais e das minorias. Assumir que quem grita por igualdade social e direitos básicos se trata de defensores da democracia liberal - nos termos de Mounk - seria entrar no próprio discurso e narrativa de políticos autoritários: a questão é mais profunda e perigosa.

Quando grupos liderados por políticos reacionários antissistema defendem restituir o poder de um suposto povo lutando contra obstáculos institucionais, a ameaça se dirige à democracia em todas suas práticas que permitem o viver junto, não apenas ao modelo de democracia liberal definida pelo autor: A ruína da democracia, seja esta liberal, legislativa, social, mais ou menos representativa, resulta num autoritarismo legitimado ou não por eleições, com poucos ou muitos

direitos individuais, não apenas numa “democracia iliberal”. O autoritarismo é a semente da tirania e da desigualdade social, e as redes sociais, das quais muitos desses novos líderes usam para legitimar e fomentar discursos medindo a popularidade de suas ações, apenas ilustram uma prática restritiva e autoritária, já que a imensa maioria da população brasileira não tem acesso, vontade, ou mesmo vê relevância em seguir um presidente ou um representante legislativo nas mídias sociais: tais líderes sabem que falam aos convertidos. Quando políticos reacionários se auto proclamam como únicos representantes verdadeiros do povo, alijando seus adversários como traidores e ilegítimos, também atacam as regras e normas básicas institucionais - chegando ao ponto de elogiar regimes de exceção - condenando qualquer que seja o modelo democrático e de direitos a ruir.

A confiabilidade das instituições legítima não apenas a obediência às leis, como o sistema democrático como todo, e sem anteparos legais, grupos podem se utilizar das próprias regras democráticas para questionar a democracia se apropriando do poder e minando os próprios ideais institucionais que garantiram sua eleição. Nesse ponto, as fake news são sistematicamente utilizadas para potencializar tal sentimento, numa lógica que se assemelha às históricas técnicas da Comissão de Investigação da Indústria do Tabaco americana, que diante da enxurrada de evidências que ligavam doenças ao uso do cigarro, tratavam de criar dúvidas na opinião pública ao usar da própria lógica científica. Quando a desinformação e retórica centrada em paixões se mostram capazes de produzir “likes” e visualizações, técnicas como “firehose” - mangueira de fogo - miram ressentimentos diversos e desinformação, sendo eficientes justamente por tornar a complexidade do viver junto em sociedades democráticas inverificável. Ao serem apropriados por políticos que bem sabem o funcionamento das mídias digitais com sua falsa neutralidade, factóides são sistematicamente utilizados para atingir seus propósitos, criando confusão e pautando o ambiente social. A discussão democrática participativa tradicional, inerente à vivência de uma sociedade diversa, não encontra terreno fértil para aqueles que se sentem negligenciados e incomodados diante de sua realidade, identificando nos grupos sociologicamente excluídos e naqueles que se dispõem a eles finalmente dar voz enorme ressentimento.

Se as leis foram criadas para limitar as paixões humanas, o que se observa é que as instituições são atacadas dando noção elitista àqueles que tentam defender o que parece cada vez mais um antigo e lento modelo de Estado já ultrapassado.

Mais que nunca, as mídias digitais demonstram o quanto as pessoas precisam crer que seus atos ainda fazem diferença. Se a democracia for vista como uma questão acessória, os cidadãos podem se sentir ainda mais desconsiderados. A internet mobiliza descontentamentos muitas vezes desconexos com uma força jamais conhecida, e as sociedades conectadas e desiguais veem despertadas ansiedades das quais não se pode mais ignorar. Há uma razão para “meme” ou “viral” terem se tornado novos termos no dicionário: eles só poderiam assumir a importância de que é possível capturar a imaginação de um punhado de pessoas que estão compartilhando o que pensam com a sua bolha algorítmica (PARISER, 2012). De muitas maneiras, as mídias sociais alteraram a noção de comunicação de “um para milhões”, testemunhado nas mídias do século XX, para algo descentralizado e de complexo entendimento.

As democracias ocidentais possuem muitos mecanismos de controle, justamente estabelecidos para impedir grupos e indivíduos a acumulação de demasiado poder, conciliando interesses distintos. Mas com o ganho de relevância de líderes políticos que alegam lutar pela vontade de seus seguidores, cada vez mais se criticam abertamente obstáculos institucionais que possam impedi-los. Ancorados em intensas atividades e pretensa legitimidade digital capaz de criar pautas, estes líderes expõem abertamente que nenhuma instituição independente, nem os direitos básicos ou de minorias sociológicas devem abafar desejos de seus seguidores.

A grande questão é saber usar a internet como ferramenta capaz de reanimar o sistema democrático da mesma maneira que parece desnudar as contradições desse mesmo sistema. Se antes parecia um grande sonho ter uma ferramenta tecnológica capaz de aproximar cidadãos das deliberações democráticas pressionando seus representantes, vemos também em boa medida concretizada a profecia de que as grandes massas podem clamar por medidas antidemocráticas e autocratas. Quando os direitos individuais e coletivos mais básicos são postos à prova, as lacunas por onde forças autoritárias se movem devem ser questionadas no que tange justamente às brechas sociais e econômicas. De qualquer maneira, nunca é demais pensar no que deveria ser o óbvio: Qualquer que seja o nome, um sistema democrático sem direitos e ganhos sociais ou um liberalismo antidemocrático, estará inexoravelmente fadado a terminar em autoritarismo, pobreza e tirania.

Da mesma maneira, como defensores da democracia e pautas de minorias que usaram as mídias sociais para lutar por seus direitos já vislumbrariam a dificuldade que teriam para solidificar qualquer conquista, líderes autoritários que surgiram talvez necessitem imaginar um futuro mais difícil do que hoje encontram, “seja quem for o vencedor no momento”, escreveu George Orwell, “sempre vai aparentar ser invencível”.⁷ Depois que esses políticos chegam ao poder e não cumprem muitas de suas promessas trazendo miséria e destruição, qualquer oposição democrática sempre poderá encontrar algum lugar para ter sua voz repercutida, senão nas mesmas redes sociais que inicialmente aparentaram estarem tomadas por discursos raivosos, em novas esferas que irão surgir ou se reanimar.

Considerações Finais

A participação política das democracias modernas limitada a movimentos partidários e encontros presenciais é vista cada vez mais como um conjunto de empecilhos envelhecidos, sendo acusada por políticos autoritários como obstáculos às vontades pretensamente populares. Se antes a participação popular pós qualquer período eleitoral era vista primordialmente em manifestações, onde qualquer cidadão incapacitado por qualquer motivo ou mesmo pouco afoito a ter tal comportamento não vislumbrava outra coisa senão estar condenado a mero receptor não só de uma notícia, como da política em si, hoje, a disfarçada não neutralidade das plataformas digitais e seus algoritmos são plenamente capazes de estruturar realidades selecionando eventuais conteúdos, concedendo a noção de que qualquer indivíduo pode ser um formador de opinião pertencente a algum ideal maior que si. Não parece prudente afirmar que a era das comunicações digitais terá capacidade por si só de promover uma participação mais legítima, e parece razoável imaginar que a rapidez cada vez maior das mudanças não pode ser assimilada e normatizada naturalmente, seja por qualquer cidadão ou Estado. A revolução 4.0 apenas acentua a aparência de lentidão do Estado e de seus aparatos cheios de empecilhos capazes de negar a necessidade do cidadão por uma conexão direta com os políticos e debate público. Tal conjuntura abre espaço para o sequestro promovido por políticos de pautas falsamente democráticas. Se vivemos num período em que os direitos consagrados pela democracia sofrem

⁷ George Orwell, “*Second Thoughts on James Burham*”, *Polemic*, v.3, 1997. (Tradução livre).

ataques de parcelas reacionárias que associam qualquer direito como um convite à impunidade e corrupção, políticos que conseguiram angariar adeptos se aproveitam de conjunturas sociais cada vez menos promissoras, ainda mais quando tais descontentamentos são potencializados por esses atores que sabem determinar não apenas o debate público criando cortinas de fumaça, mas agendas políticas.

Referências Bibliográficas

ARON, Raymond. *As Etapas Do Pensamento Sociológico*. São Paulo. Martins Fontes. 1999.

BOBBIO, Norberto, verbete “Democracia e Liberalismo”, in Norberto BOBBIO, Nicola MATEUCCI & Gianfranco PASQUINO: *Dicionário de Política*, UNB, Brasília, 2000.

CASTELLS, Manuel. *Ruptura – A crise da democracia*. Zahar, 2018.

CHAUÍ, Marilena. *Democracia e sociedade autoritária*. Revista Comunicação & Informação, 2012.

DAHL, Robert. *Sobre a Democracia*. Brasília: Editora UNB, 2005.

LAZZARATO, Maurizio. Atualmente vigora um capitalismo social e do desejo. [Entrevista concedida] a Pedro Lipcovich. *Revista IHU Online*, p.12, 20 dez. 2010. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/39543-atualmente-vigora-um-capitalismo-social-e-do-desejo-entrevista-com-maurizio-lazzarato>. Acesso em 18/09/2022.

MARX, Karl, *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*, São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MATEUCCI, Nicola, verbete “Liberalismo”, in Norberto BOBBIO, Nicola MATEUCCI & Gianfranco PASQUINO: *Dicionário de Política*, UNB, Brasília, 2000.

_____. verbete “Soberania”, in Norberto BOBBIO, Nicola MATEUCCI & Gianfranco PASQUINO: *Dicionário de Política*, UNB, Brasília (2000).

MOUNK, Yascha. *O povo contra a democracia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

QUINTANEIRO, Tania; BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira; OLIVEIRA, Márcia Gardênia Monteiro. *Um toque de clássicos: Durkheim, Marx e Weber*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1997.

RIFKIN, Jeremy. *A Era do Acesso*. São Paulo. Editora Makron, 2004.

RUNCIMAN, David. *Como a democracia chega ao fim*. São Paulo: Editora Todavia, 2018.

SCHUMPETER, JOSEPH A. *A Teoria do Desenvolvimento Econômico*. Ed. Abril Cultural, SP (Os Economistas). Introdução e capítulos 1 e 2, 1982.

THOMPSON, B. John. *A mídia e a modernidade*, Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade*, Vol. 1. Brasília: UNB, 2004.